

## **Espaços culturais - arte e educação na história de todos nós.**

Maria Roseli Sousa Santos/ICAPE<sup>1</sup>

A compreensão de que a ação educativa em arte se insere nos espaços formais e não-formais em diferentes contextos e culturas nos leva a fazer a seguinte reflexão: De que espaços culturais se está falando? Que saberes artísticos e estéticos são apropriados e produzidos nesses espaços? Que caminhos metodológicos têm sido experimentados nas ações educativas nos diversos espaços culturais? Quem tem assumido a condução dessas ações?

Não vamos nos depreender em maior parte às ações educativas desenvolvidas no âmbito da arte no ensino regular, porém é relevante dar conta que esta sempre foi uma bandeira de luta dos arte-educadores em todo o Brasil. Uma conquista dos educadores em arte se deu com a da criação da Escolinha de Arte, no Rio de Janeiro, por Augusto Rodrigues, em 1948, e que a partir daí, como diz Barbosa (1994), muitas escolinha de arte foram surgindo no Brasil e influenciaram com suas práticas o ensino primário e secundário das classes experimentais depois de 1958. As escolinhas chegaram a dar consultorias de arte-educação às escolas públicas com 'treinamento' aos professores até 1973. Paulo Freire mesmo não envolvido diretamente com arte-educação participou por alguns anos da diretoria da Escolinha de Arte de Recife.

A atuação em espaços culturais abertos como praças, ruas, parques também objetiva a apropriação e desenvolvimento de saberes artísticos e estéticos a partir da apreciação de obras e/ou manifestações culturais e tem encontrado lugar nas práticas da pedagogia de rua e de animação cultural muito presente em ações da área da assistência social e educação popular. Essas ações na maioria das vezes têm como base os pressupostos da ação comunitária e exige o conhecimento da realidade local, dos saberes culturais presentes na comunidade, sua forma de organização; para o desenvolvimento de uma ação

---

<sup>1</sup> Mestranda na UEPA e pesquisadora do Instituto Cabano de Assessoria e Pesquisa em Educação e Cultura Popular/ICAPE.

que articule a cooperação, engajamento, liderança, planejamento, autonomia, que para Marcellino (1995, p. 28), se traduz em:

A ação comunitária pode ser considerada como uma alternativa operacional dentro de políticas de ação social, de modo geral, e em especial e de forma privilegiada, no campo do lazer, quando a organização que formula a política não quer ver sua ação confundida ou reduzida à chamada “indústria cultural”, devendo portanto, revesti-la de características próprias.

Assim como a atuação dos educadores em museu, requer conhecimento na área de museologia, a atuação em espaços abertos, como a rua e praças requerem aprofundamento acerca de saberes culturais que se manifestam na cotidianidade, o que implica a discussão sobre identidade cultural e sociologia da cultura. A própria concepção de arte na contemporaneidade entra em questão. A arte contemporânea apresenta uma arte que sai das galerias e museus, de espaços culturais fechados e avança para as ruas. Um exemplo vivo são as interferências urbanas tão difundidas da década de 60 para cá.

A necessidade de sair dos espaços sacralizados, fechados tem em boa parte a intencionalidade da democratização do acesso à arte, a preocupação que sem com isso é claro, é que não se perca em qualidade. No final da década de 90 ampliaram-se as políticas culturais que envolvem os setores públicos e privados que desenvolve projetos cuja ação educativa objetiva a aproximação cada vez mais interativa do público espectador com as obras de arte, fazendo-se apropriar de saberes até então de acesso a poucos. Não só as manifestações das artes visuais saem dos salões, das galerias, cinemas e museus, como é o caso do Curta na rua (cinema ao ar livre), as exposições de obras em shopping e calçadas, mas a própria arte de rua em sua esteticidade se expõe ao olhar pensante dos transeuntes espectadores, como é o caso de grafite.

Há que se repensar o tratamento diferenciado que se dá sobre os objetos e manifestações artísticas entre os espaços fechados do museu, casas de cultura, galerias e os espaços de rua, parques, calçadas, sempre resguardando a natureza desses lugares. Assim, uma atividade lúdico-expressiva desenvolvida com uma criança em uma brinquedoteca se está fazendo exercitar os seus direitos a um bem cultural múltiplo em seus significados culturais. O BRINCAR

- é para a criança uma manifestação simbólica e de linguagem, originariamente de criação coletiva e necessária para a ampliação de seu repertório artístico e estético.

O alcance da arte ao grande público é o que se quer atingir, porém mais que atingi-lo, cabe municiá-lo de saberes necessários para que decifre os códigos que ao longo dos séculos estiveram no poder de uma minoria. O distanciamento presente nessa relação entre artista e o grande público, se considerarmos os aspectos e relevância a que os espaços que acolhem as obras e manifestações culturais tomaram na história de nossa sociedade é elucidada por Peixoto (2003, p. 94) como:

O enclausuramento da arte em espaços específicos, o desenvolvimento de códigos ritualísticos sofisticados, a formação de um quadro de experts - do produtor ao vendedor; passando pelos críticos de arte e professores - que alimenta a gama das inúmeras intermediações para o acesso à produção para o consumo da arte, todo esse conjunto de fatores gera e preserva a aura de grande arte desconhecida pela maioria e valiosa como mercadoria - , indicadora de um tipo de obra já agora denominada arte erudita, diferente da arte popular, obviamente, é desmerecedora do status de grande arte.

A compreensão dessa realidade requer um educador em arte que esteja em constante formação, que possa estabelecer os conhecimentos das tradições culturais e as interferências e inovações das manifestações artístico-culturais da contemporaneidade, portanto um trabalho sério em espaços culturais, implica a estruturação de um plano de ação que tenha a clareza que a democratização do acesso é um princípio da educação em arte, posto que o alcance desses bens, historicamente tem se constituído pela exclusão e desigualdades sociais.

É fundamental uma ação sócio-educativa dos espaços culturais para a garantia de direitos a todos. Uma ação que possibilita a experiência e contato direto com as múltiplas manifestações da cultura, fortalecendo as raízes culturais e as inovações que marcam nossos referenciais e, mais ainda, ampliando seu sentido de identidade e diversidade na dinâmica viva do patrimônio. Que estabeleça que a produção social do conhecimento em arte se faça emergir da leitura crítica no contato com o objeto artístico; a compreensão da relação entre produtor e obra e ainda, das interferências e substâncias do

repertório contextual em que ele foi produzido atingindo a condição axiológica na relação artista – obra – universo imaginário e real – público.

Mais do que permitir a compreensão do passado o objeto cultural evidencia o presente e coloca o público em condições de se lançar ao futuro. Uma ação viabilizada na análise e interpretação dos fenômenos culturais, dando sentido às respostas que necessitamos para a nossa condição de seres contemporâneos.

#### **BIBLIOGRAFIA**

BARBOSA, Ana Mae T.B. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1994.  
\_\_\_\_\_. **Lazer e Ação Comunitária** - a operacionalização da fase de deflagração - um estudo de caso. Campinas, Faculdade de Educação Física/UNICAMP,1995  
PEIXOTO, Maria Inês Hamann. **Arte e grande público**, Campinas: são Paulo, Autores Associados,2003.

Foto: Roseli Sousa